

A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS VOLTADOS À CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Greici Maia Behling¹

Gustavo Corrêa de Arruda²

Resumo: O artigo analisou o processo participativo na elaboração do Programa de Educação Ambiental do PAT Chapada Diamantina-Serra da Jiboia, visando descrever o processo, analisar a participação popular e a distribuição feminina nas etapas. Os dados qualitativos foram coletados por meio de observação participante e diário de campo, analisados via análise temática, e os quantitativos pela estatística descritiva. Houve preponderância da participação do executivo municipal (24,5%), do setor educacional (32,2%), e das comunidades quilombolas (7%). A participação cidadã variou em níveis de poder, com predominância feminina (59,2%). Concluiu-se sobre a importância de canais democráticos e do compromisso dos atores envolvidos para ampliar os processos de aprendizagem sociais e institucionais.

Palavras-chave: Preservação Ambiental; Cidadania; Processos Participativos.

Abstract: This article conducted an analysis of the participatory process involved in the development of the Environmental Education Program of PAT Chapada Diamantina-Serra da Jiboia. Objectives were to describe this process, analyze levels of popular participation, and assess the distribution of participation among female stakeholders throughout the different stages. Qualitative data were gathered through methods such as participant observation and field diary entries, which were then subjected to thematic analysis. Quantitative data underwent analysis using descriptive statistics. The study revealed preponderance involvement from executive branch (24.5%), the educational sector (32.2%), and Quilombola communities (7%). Citizen participation exhibited varying levels of influence, with a predominance of female participation (59.2%). The study underscores the importance of fostering democratic channels and the unwavering commitment of involved stakeholders to enhance both social and institutional learning processes.

Keywords: Environmental Preservation; Citizenship; Participatory Processes.

¹ Universidade Federal de Pelotas. E-mail: biogre@gmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3696200456912656>

² Rastro Selvagem. E-mail: rastroselvagem@gmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3564873045237441>

Contextualização

O Projeto Pró-Espécies: Todos contra a Extinção, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), é parte da Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas. Criado em 2014 e financiado pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), com implementação pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), e execução pelo Fundo Mundial Pela Natureza (*World Wildlife Fund - WWF*) - Brasil, o projeto é uma iniciativa de grande importância para a preservação da biodiversidade brasileira.

Para alcançar seus objetivos, no ano de 2018, o Brasil foi dividido em 12 áreas-chave para conservação de 290 espécies Criticamente em Perigo (CR), e foi proposta a elaboração dos Planos de Ação Territoriais (PAT), uma estratégia participativa que visa a combinar a conservação de espécies com o desenvolvimento sustentável. O objetivo geral do PAT é reduzir as ameaças sobre as espécies e ecossistemas associados, integrando universidade, poder público e sociedade.

O território do Plano de Ação Territorial – PAT Chapada Diamantina-Serra da Jiboia - abrange 56 municípios, perfazendo uma área de quase quatro milhões de hectares no estado da Bahia (Figura 1), onde ocorrem 27 espécies alvo da flora e da fauna criticamente em perigo de extinção (CR). Isso significa que correm o risco de desaparecer para sempre se não forem protegidas, o que torna ainda mais relevante a inclusão da comunidade no processo. Essas espécies não estão incluídas em planos de conservação nacionais nem são protegidas em unidades de conservação.

O PAT também contempla direta e indiretamente 339 espécies beneficiadas, ameaçadas de extinção, classificadas em diferentes categorias. Nesse contexto, dentre os objetivos estabelecidos para a conservação das espécies-alvo, a realização de campanhas de conscientização da população foi estabelecida como prioridade, por meio da proposição da elaboração de um Programa de Educação Ambiental para o território.



Figura 1. Imagens aéreas de A) Pedra da Toca, local que foi cenário para o filme Central do Brasil (1998) – Município de Itatim/BA – território da Serra da Jiboia; e B) Morro do Pai Inácio – Município de Palmeiras/BA – território da Chapada Diamantina.

Fonte: Fotos de Gustavo Arruda (2023)

O presente trabalho tem como objetivo a análise do processo de participação na elaboração do Programa de Educação Ambiental do PAT Chapada Diamantina-Serra da Jiboia, executado pela empresa gaúcha Rastro Selvagem Ltda, fundada em 2011, a serviço da WWF Brasil, Instituto de Recursos Naturais (INEMA) e Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) da Bahia. O escopo envolve a análise de cada etapa, respeitando o delineamento prévio dessas fases, concebido pela SEMA e pelo INEMA. Ressalta-se que a avaliação realizada neste estudo não se dirige ao mérito da proposta, mas sim à função social da Educação Ambiental por meio da participação no desenvolvimento de programas voltados à conservação da biodiversidade.

Os objetivos específicos do trabalho são a) descrever o processo participativo de construção do Programa de Educação Ambiental da Chapada Diamantina e Serra da Jiboia, incluindo cada etapa desenvolvida; b) analisar a participação popular nas etapas analisadas a partir da escala de participação proposta por Arnstein (1969); e c) analisar a distribuição da participação de mulheres nas etapas desenvolvidas.

Justificativa

Para lidar com a complexidade das questões ambientais, é fundamental adotar o diálogo entre diferentes conhecimentos e práticas como princípio orientador das ações de Educação Ambiental (Loureiro, 2003). Na região em questão, as condições climáticas e as características específicas dos ecossistemas resultam em um alto índice de endemismo das espécies, além de serem responsáveis por diversas maravilhas naturais (Bahia, 2021). Esses elementos são essenciais tanto para a biodiversidade quanto para a economia local, especialmente no turismo ecológico.

No entanto, a região enfrenta desafios significativos, como a preservação de espécies ameaçadas, o crescimento desordenado do turismo, a expansão urbana descontrolada e a exploração predatória de espécies nativas (Bahia, 2021). Essas questões se tornam vetores de pressão significativos sobre o ecossistema local.

A degradação socioambiental resultante desses desafios impõe prejuízos consideráveis à região, refletindo-se na perda de biodiversidade e em impactos econômicos adversos, comprometendo a vocação natural do território.

Tornou-se cada vez mais evidente a importância de abordar essas questões de forma integrada e sustentável. Essa abordagem é crucial não apenas para a preservação da rica diversidade biológica, mas também para garantir a proteção do seu Patrimônio Cultural e a sustentabilidade econômica a longo prazo.

Portanto, para desenvolver programas de Educação Ambiental que considerem o impacto socioambiental, a participação da sociedade é um

elemento fundamental para alcançar as metas estabelecidas. Nesse contexto, a Educação Ambiental desempenha a principal função social (Oliveira; Nonato; Staudt, 2007).

As discussões sobre o conceito de participação social e educação têm sido exploradas na academia, principalmente nas duas primeiras décadas do século XXI. De acordo com Jacobi e Tristão (2009), o princípio fundamental desse paradigma é fomentar o diálogo entre diferentes saberes, buscando criar espaços de intercâmbio de ideias e promovendo um pensamento crítico, criativo e alinhado com a necessidade de oferecer soluções para o futuro. Esse pensamento deve ser capaz de analisar as complexas relações entre os processos naturais e sociais, agindo no ambiente de forma global e respeitando as diversidades socioculturais.

Isso implica um conhecimento aprofundado das necessidades, interesses, potencialidades e limitações que caracterizam os ambientes das comunidades envolvidas. Além disso, requer o reconhecimento específico da participação popular na identificação dos problemas ambientais e no esforço conjunto para encontrar soluções compartilhadas.

Floriano e Loureiro (2022) destacam que superar a abordagem tradicional da Educação Ambiental, muitas vezes influenciada por interesses das classes dominantes, não é tarefa simples. A redução da Educação Ambiental a aspectos instrumentais e comportamentais, conforme ressaltado por Loureiro (2008), leva à despolitização da área e a um senso moral de responsabilização individual que desconecta os sujeitos de seu contexto histórico e social. Nesse sentido, o modelo de reflexão deste estudo busca ancorar-se na Educação Ambiental Crítica (EAC), que propõe uma atuação questionadora e participativa dos sujeitos em seu território, defendendo que a Educação seja radical na busca por outra hegemonia (Loureiro, 2012).

Construção metodológica

O estudo foi conduzido ao longo de 12 meses, com expedições de campo realizadas em quatro períodos de aproximadamente dez dias cada. O percurso metodológico foi caracterizado como uma pesquisa de natureza qual-quantitativa, com foco qualitativo, sendo descritiva e reflexiva, buscando compreender a participação social e seus aspectos na construção do programa de EA. A experiência envolveu a observação participante para estudar a dimensão social no processo de construção do programa, respondendo a duas questões centrais: 1) Como se deu a participação popular nas etapas analisadas, incluindo a representatividade dos diversos setores da sociedade, conforme a escada de participação proposta por Arnstein (1969)? 2) Qual foi a distribuição por gênero nas etapas analisadas?

Para a coleta dos dados qualitativos, foram adotados o estudo de caso único, a observação participante e o caderno de campo. Os dados quantitativos foram extraídos das listas de presença das atividades, e tabulados no *Microsoft*

Excel para calcular as frequências relativas. Para apresentar os dados quantitativos, utilizou-se a estatística descritiva.

O estudo de caso, considerado único e revelador, é adequado quando se busca compreender interações complexas (Yin, 2005). A observação participante, por sua vez, é descrita por Angrosino (2009) como um processo de aprendizagem pelo envolvimento nas atividades cotidianas dos participantes da pesquisa. Para a análise dos dados qualitativos, optou-se pela Análise Temática, que visa identificar, analisar e reportar temas nos dados estruturados, organizando e descrevendo-os para interpretar vários aspectos do discurso analisado (Braun; Clarke, 2014; 2016).

O processo participativo de construção do Programa de Educação Ambiental da Chapada Diamantina e Serra da Jiboia

No âmbito deste artigo, foram analisados os três principais processos para a elaboração do Programa de Educação Ambiental: a articulação e mobilização territorial (AMT), o diagnóstico rápido participativo territorial (DRPT); e o curso de formação de mobilizadores (CFM).

Os objetivos específicos da pesquisa foram: a) descrever o processo participativo de construção do Programa de Educação Ambiental da Chapada Diamantina e Serra da Jiboia, incluindo cada etapa desenvolvida; b) analisar a participação popular nas etapas analisadas a partir da escada de participação proposta por Arnstein (1969); e c) analisar a distribuição da participação de mulheres nas etapas desenvolvidas. Esta seção foi dividida em três subtópicos que descrevem cada processo e discutem os resultados em relação às questões abordadas.

As etapas de construção do programa de Educação Ambiental

A primeira fase na construção do Programa de Educação Ambiental para o Plano de Ação Territorial para Conservação de espécies ameaçadas de extinção - PAT - Chapada Diamantina e Serra da Jiboia foi a Articulação e Mobilização Territorial (Figura 2). Nesta fase, foram identificados os sujeitos considerados pontos focais em cada município participante, e foram realizadas reuniões virtuais para explicar os objetivos do programa. A definição dos principais públicos-alvo foi baseada nos objetivos do PAT Chapada Diamantina-Serra da Jiboia, iniciando-se mobilizações prévias com a técnica do "mensageiro" da ferramenta de ciências comportamentais, desenvolvida por Campos Filho (2020). Esse método destaca a influência do mensageiro na recepção da mensagem e ressalta a importância de considerar quem é o melhor mensageiro para a comunicação de uma estratégia.

Após levantar as principais instituições, grupos e comunidades interessadas, foram realizados contatos individuais por e-mail, aplicativos de mensagens e, quando possível, por telefone, buscando a pessoa mais indicada para divulgar as informações aos seus pares.

Revbea, São Paulo, V. 20, N° 1: 8-27, 2025.



Figura 2. Mobilização territorial em Itatim/Ba – Serra da Jiboia.

Fonte: Foto de Gustavo Arruda (2023)

A segunda etapa essencial foi o Diagnóstico Rápido Participativo Territorial (DRPT), que aprofundou a compreensão das dinâmicas socioambientais da região, envolvendo ativamente a comunidade local na coleta de dados (Figura 3). Este método adota uma perspectiva participativa, incorporando o conhecimento local e as percepções da comunidade na identificação de desafios e oportunidades ambientais.



Figura 3. DRPT em Itaetê – Chapada Diamantina.

Fonte: Foto de Gustavo Arruda (2023)

O DRPT proporcionou uma visão abrangente das questões socioambientais da região, promovendo a construção de uma visão coletiva sobre as características ambientais e identificando ameaças e soluções de forma colaborativa.

A fase final analisada foi o Curso de Formação de Mobilizadores (Figura 4), estruturado em três fases, duas presenciais e uma virtual. A primeira fase presencial introduziu o curso, esclarecendo os detalhes operacionais. A etapa à distância abordou conteúdos previstos pela proposta, totalizando 24 horas de conteúdo ministrado por especialistas. A segunda fase presencial

focou na avaliação da formação, conclusão dos planos de ação e estruturação das campanhas de Educação Ambiental no território. Cada etapa teve objetivos diferentes, mas a diversidade de públicos foi fundamental para a continuidade do processo.



Figura 4. Formação de Mobilizadores no município de Mucugê – Chapada Diamantina.

Fonte: Foto de Gustavo Arruda (2023)

Participação popular nas etapas analisadas a partir da escada de participação proposta por Arnstein (1969)

O conceito de participação está associado à existência de uma esfera pública e da democracia deliberativa (Santos; Jacobi, 2017). Em processos que utilizam a escada de participação como ferramenta para a definição de prioridades, os sujeitos locais se reúnem para identificar problemas e propor soluções por meio do diálogo e da participação, levando em consideração as experiências e conhecimentos de todos.

O trabalho, embasado em premissas críticas, concentrou-se em promover o diálogo, ressaltando a importância dos contextos reais e das práticas cotidianas na construção de conhecimento. A Educação Ambiental possibilita a criação desses espaços de interação e a priorização de temas emergentes das necessidades da comunidade, proporcionando a todos a oportunidade de aprender e ensinar, respondendo aos diagnósticos com base em suas próprias experiências.

A Escada da Participação Cidadã (Figura 5) é dinâmica, permitindo movimentos ascendentes ou descendentes que indicam mudanças nos níveis de participação ao longo do tempo. Essa dinâmica reflete as evoluções nas práticas de governança e a capacidade de adaptação das estruturas decisórias para incorporar efetivamente as vozes dos cidadãos. A escada é uma ferramenta analítica útil para avaliar e compreender o grau de participação cidadã em diferentes contextos, identificando oportunidades para fortalecer a democracia participativa (Antunes *et al*, 2018).

8	controle cidadão	níveis de poder cidadão
7	delegação de poder	
6	parceria	
5	pacificação	níveis de concessão mínima de poder
4	consulta	
3	informação	
2	terapia	não-participação
1	manipulação	

Figura 5: Escada da participação de acordo com Arnstein (1969).

Fonte: Adaptado de Arnstein (1969).

A participação deve ser um eixo estruturante das práticas de Educação Ambiental, por ser considerada um elemento fundamental e transformador. Diante do agravamento cotidiano da crise ambiental, ela se torna um instrumento essencial para transformar as relações entre sociedade e ambiente, por meio de políticas públicas (Milani, 2008).

A Figura 6 ilustra a composição dos sujeitos em relação às categorias institucionais durante as etapas analisadas nesta pesquisa, abrangendo o público geral em todas as três etapas. A participação total foi de 701 pessoas, somando-se todas as etapas. A maioria dos indivíduos, representantes de instituições, se repetiu nas etapas. Em média, houve uma participação de 140 pessoas por etapa.

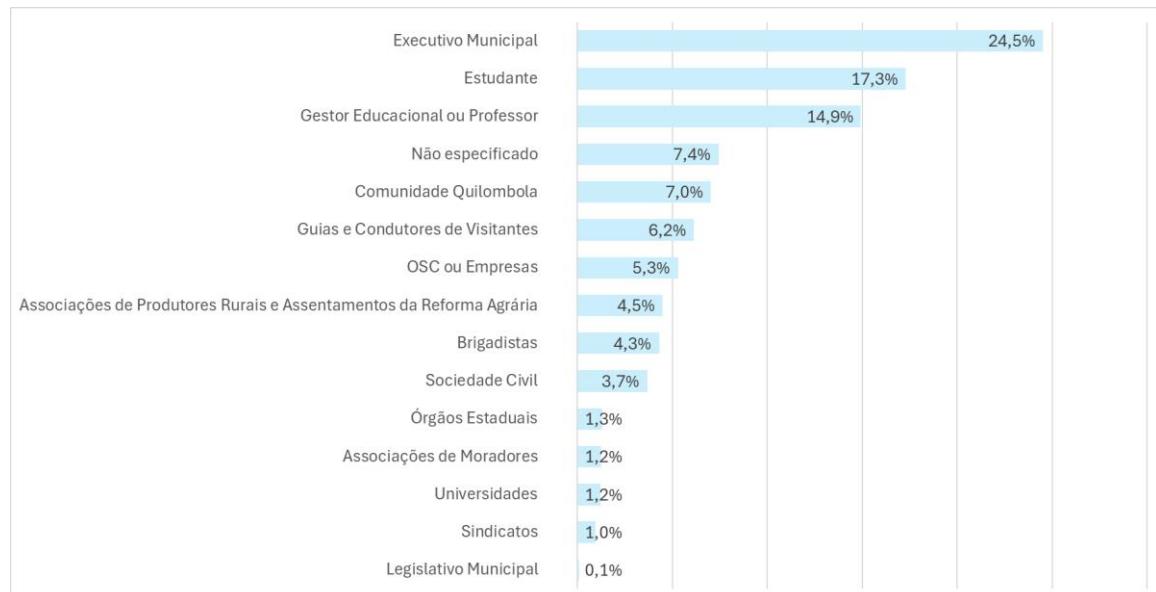


Figura 6: Instituições envolvidas nas etapas analisadas na construção do programa de Educação Ambiental da Chapada Diamantina e Serra da Jiboia.

Fonte: Autores (2024).

A preponderância do executivo municipal (24,5%) em todas as etapas do programa de Educação Ambiental indica comprometimento e engajamento significativos em prol da sustentabilidade local. Isso demonstra o reconhecimento crescente da importância da Educação Ambiental na mobilização e conscientização, refletindo uma mudança na matriz sociopolítica que está redefinindo o papel do Estado como agente indutor das políticas sociais (Jacobi, 2005).

A preponderância do executivo municipal às demais categorias sugere que as políticas públicas estão incorporando cada vez mais o componente participativo, o que pode ser interpretado como um avanço na governança ambiental local (Leme, 2016). Salienta-se também a participação da comunidade escolar (17,3% de estudantes e 14,9% de gestores educacionais ou professores), demonstrando a relevância que a Educação Ambiental formal tem no território.

A distinção entre as secretarias municipais de educação e as comunidades escolares na análise ocorreu pela compreensão de que a construção da Educação Ambiental nesses ambientes ocorre de maneira diferenciada. Essa distinção é relevante, pois as secretarias municipais de educação desempenham um papel fundamental na elaboração e implementação de programas educacionais, enquanto as comunidades escolares, incluindo professores, alunos e pais, são atores-chave na capilarização dos princípios da Educação Ambiental no ambiente escolar e na comunidade em geral.

Essa abordagem categorial permite uma análise mais detalhada das diferentes formas de envolvimento e contribuição de cada grupo na promoção da Educação Ambiental, evidenciando a complexidade e a diversidade de atores e estratégias necessárias para alcançar os objetivos desejados.

A participação ativa de diversas professoras em todas as etapas, juntamente com o apoio das Secretarias Municipais de Educação, fortaleceu esse comprometimento. Além disso, os municípios de Mucugê, Lençóis e Ibicoara estavam elaborando seus planos de Educação Ambiental, o que se mostrou um fator decisivo para aumentar o interesse e a participação. Segundo relatos dos participantes, a oportunidade de aprender mais e de se envolver em iniciativas concretas no território também foi um atrativo significativo.

Partindo para uma análise mais específica, a etapa de mobilização foi fundamental para estabelecer uma conexão inicial com a comunidade local, reconhecendo suas peculiaridades, desafios e potencialidades. O objetivo era levar informações e convidar os representantes locais a participar do processo em construção no território.

A mobilização territorial foi eficaz ao envolver os diferentes segmentos da comunidade, como escolas, organizações locais e líderes comunitários, criando uma base sólida para a construção colaborativa do programa e fundamentando as fases subsequentes (Figura 7). Ao todo, 223 pessoas

participaram desta etapa, que abrangeu os seis municípios pré-determinados para a execução das atividades.

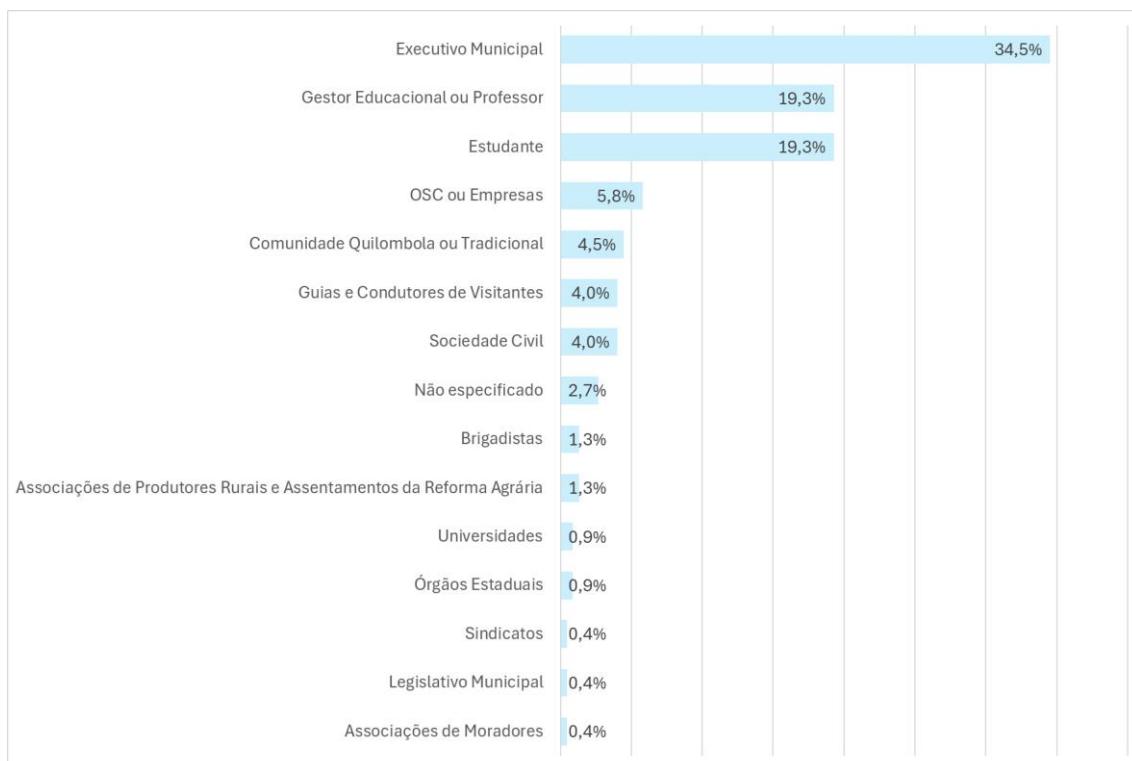


Figura 7: Instituições envolvidas na articulação e mobilização territorial do programa de Educação Ambiental da Chapada Diamantina e Serra da Jiboia.

Fonte: Autores (2024).

Esta etapa inicial foi determinante para sensibilizar e engajar os atores locais, garantindo que suas vozes fossem ouvidas e que suas necessidades fossem consideradas no desenvolvimento do programa. A participação significativa nesse estágio demonstra o interesse e a disposição da comunidade em se envolver ativamente na promoção da Educação Ambiental e na busca por soluções para os desafios locais (Figura 8).



Figura 8. reunião com escaladores, guias, condutores e pesquisadores que atuam na região da Serra da Jiboia e Chapada Diamantina, realizada no município de Itatim.

Fonte: Foto de Gustavo Arruda (2023)

O governo do estado da Bahia promulgou, em 2011, a Lei nº 12.056, que visa a fortalecer a articulação entre Estado, Sociedade Civil e Prefeituras, alinhada aos princípios, objetivos, diretrizes, linhas de ação e instrumentos estabelecidos na legislação. A lei destaca a importância do inter-relacionamento entre Educação Ambiental no Ensino Formal e Não-Formal, Educomunicação Socioambiental e Educação Ambiental nas Políticas Públicas, visando estimular a formação crítica para o exercício da cidadania (Bahia, 2011).

Além disso, a lei também estabelece a inclusão da Educação Ambiental no Regimento Escolar e no Projeto Político Pedagógico das escolas, em todos os níveis e modalidades de ensino. Reconhece-se que as escolas desempenham um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com questões ambientais. No entanto, o poder público, por meio de vontade política e ações contínuas, desempenha um papel estratégico na promoção da Educação Ambiental, o que ressalta sua importância e impacto positivo na sociedade.

A segunda etapa, o Diagnóstico Rápido Participativo Territorial (DRPT), foi fundamental como um exercício de escuta ativa, visando compreender as percepções, conhecimentos e preocupações da população em relação ao meio ambiente. Além de fornecer informações para o programa, o DRPT fortaleceu o compromisso e a participação contínua da comunidade na busca por soluções sustentáveis e adaptadas ao contexto local.

A metodologia empregada seguiu as diretrizes de Cerqueira (2021), utilizando a técnica do grupo focal, reconhecida por sua eficácia na coleta de informações e opiniões de um grupo de pessoas sobre um tema específico. Embora a análise detalhada desta metodologia não seja o objetivo deste estudo, é relevante destacar a importância da participação social nessa fase.

O Diagnóstico Rápido Participativo Territorial (DRPT) teve como objetivo promover a autoanálise e coletar dados fornecidos pelos participantes em interação com a equipe mediadora. A participação ativa, o reconhecimento dos saberes locais e a visão sistêmica foram fundamentais para alcançar esses objetivos (Verdejo, 2010: p. 13). O foco era obter uma compreensão das ações prioritárias diante das temáticas apresentadas para o território, além de investigar como a Educação Ambiental estava integrada nas práticas dos municípios e como os participantes percebiam as questões ambientais abordadas pelo PAT.

Esta etapa contou com a participação total de 191 sujeitos (Figura 9, próxima página), destacando-se, mais uma vez, a preponderância do Executivo Municipal e dos estudantes.

A estratégia de engajamento e divulgação foi semelhante à etapa anterior, mas com um alcance ampliado, especialmente nas comunidades rurais e tradicionais, onde o mensageiro já desenvolvia ações de cartografia social. Esse esforço resultou em um aumento significativo da participação desses grupos em relação às outras etapas. Essa experiência destaca a

importância de estratégias de comunicação eficazes e adaptadas às diferentes realidades locais. A presença de um ator-chave, familiarizado com a realidade local e capaz de transmitir confiança sobre o trabalho para as comunidades, revelou-se fundamental nesse processo.

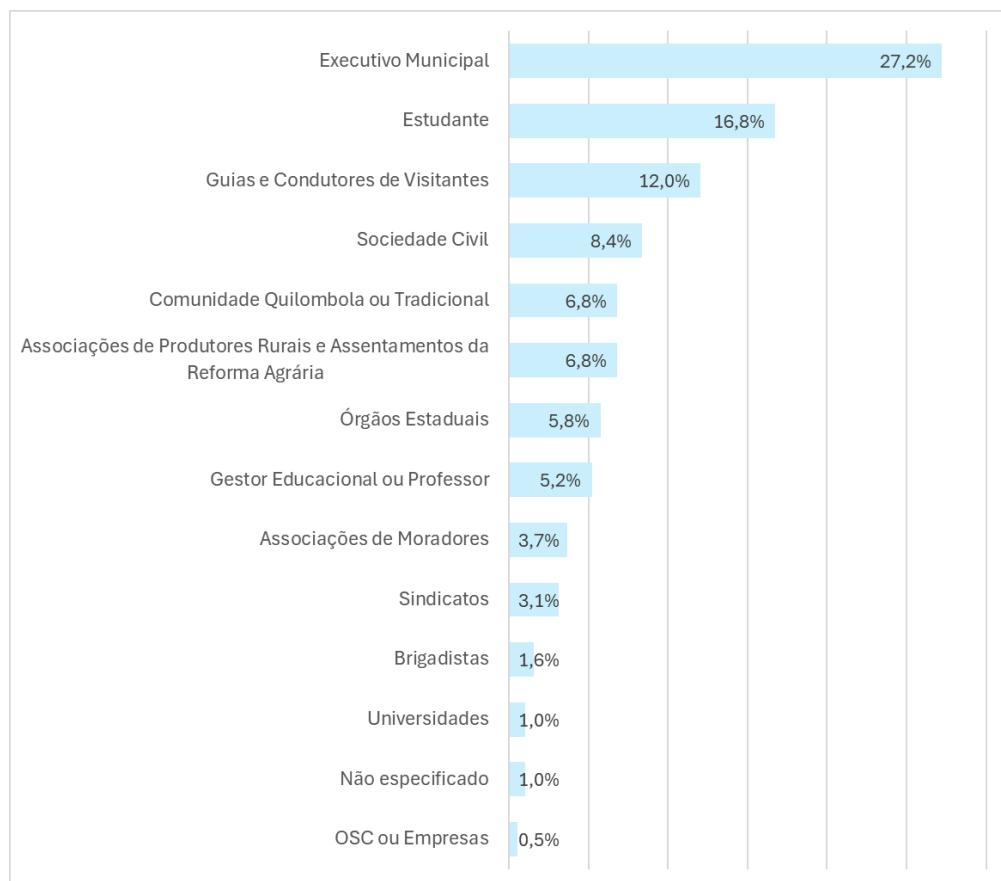


Figura 9: Instituições envolvidas no diagnóstico rápido participativo territorial do programa de Educação Ambiental da Chapada Diamantina e Serra da Jiboia.

Fonte: Autores (2024).

A participação de setores como as comunidades quilombolas e tradicionais (6,8%) destaca a importância da inclusão social e da valorização das perspectivas culturais locais, aspectos fundamentais no contexto deste trabalho. Segundo Jacobi (2003), ao integrar essas comunidades no programa de Educação Ambiental, reconhece-se a interconexão entre conservação ambiental, justiça social e preservação da herança cultural. O território desempenha um papel central na vida coletiva, permitindo a transição da análise individual/familiar para o foco nos grupos populacionais, levando em conta suas histórias de vida, visões de mundo, estruturas socioeconômicas e dinâmicas políticas (Jacobi, 2003).

Assim, a participação social surge como um instrumento fundamental para fortalecer a sociedade civil, especialmente os setores mais excluídos. Isso porque superar as carências acumuladas e requer a interação entre agentes

públicos e privados por meio de arranjos socioinstitucionais estratégicos (Jacobi, 2005).

A metodologia participativa fundamenta-se na promoção de uma atitude contextualizadora e problematizadora da realidade, na compreensão complexa e politizada da dimensão ambiental, na participação coletiva e no engajamento dos sujeitos.

A última etapa, o Curso de Formação de Mobilizadores, teve como objetivo oferecer subsídios teóricos para a comunidade, qualificando os interessados nas temáticas discutidas durante o processo. Além disso, visou à elaboração de produtos de educomunicação e planos de ação para a execução de futuras campanhas de Educação Ambiental no território, em consonância com os princípios da Educomunicação Socioambiental. Um dos principais objetivos dos produtos de educomunicação é o compromisso com a democratização da comunicação e com a acessibilidade à informação (Marques; Nicolodi, 2021). Como nas outras etapas, houve diversidade de instituições participantes (Figura 10), alcançando a média de 95 participantes, considerando as três etapas.

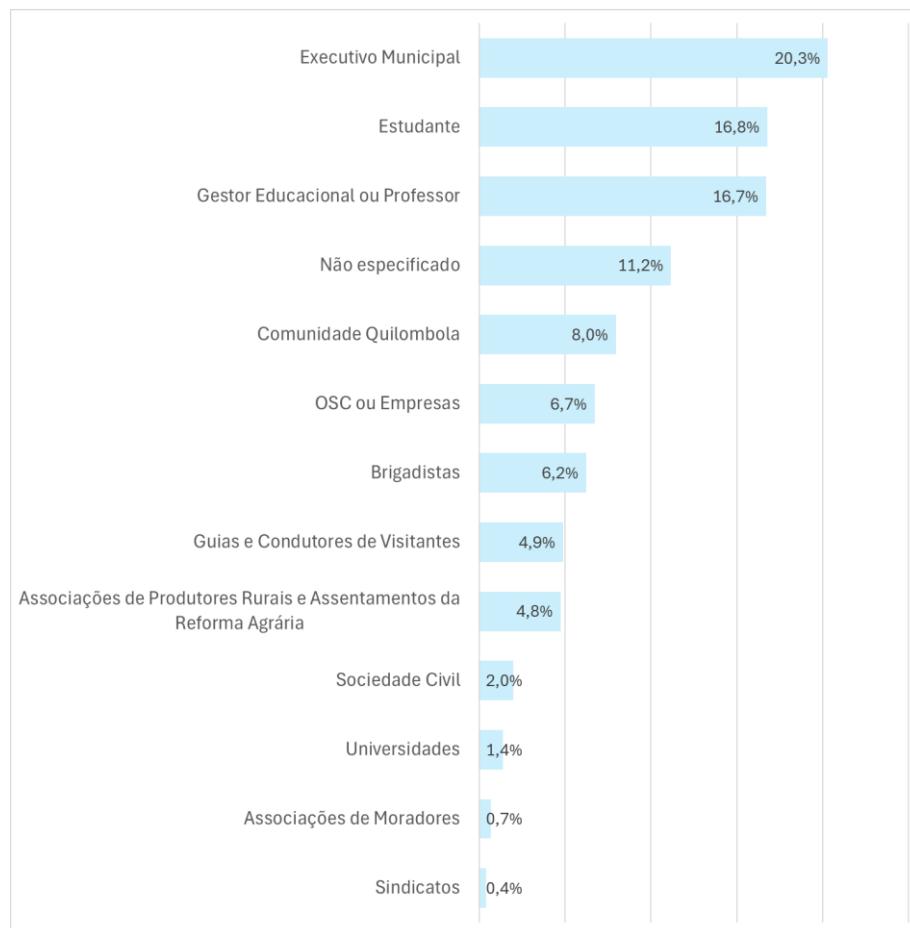


Figura 10: Instituições envolvidas no curso de formação de mobilizadores do programa de Educação Ambiental da Chapada Diamantina e Serra da Jiboia.

Fonte: Autores (2024)

A proposta participativa incluiu a construção dos materiais pelos participantes, por meio de oficinas que ensinaram técnicas de captação de imagens de vídeo, fotografias, construção de cartilhas e narrativas. Os participantes, assim, construíram coletivamente os Planos de Ação para seus municípios e os produtos de educomunicação que seriam utilizados.

Conforme explica Jacobi (2005), os programas educativos e as políticas ambientais, voltados para a conscientização da crise ambiental, requerem abordagens integradoras diante de uma realidade contraditória e desigual. Essas demandas vão além da aplicação simples dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis.

Nesse contexto, a tecnologia desempenhou um papel fundamental. Durante as oficinas, os participantes tiveram a oportunidade de se envolver na construção do conhecimento e dos materiais, utilizando equipamentos como câmeras de vídeo, drones e uma variedade de softwares para alcançar os resultados desejados.

Além disso, na etapa virtual, as aulas foram ministradas por meio da plataforma *Google Meet*. Inicialmente, havia preocupação de que essa abordagem pudesse representar um obstáculo para participantes de comunidades tradicionais, agricultores ou idosos. No entanto, para surpresa da equipe, a metodologia funcionou de maneira eficaz, com participação superior a 60% e questionamentos pertinentes, demonstrando o interesse e engajamento dos participantes e, por vezes, ultrapassando a carga horária prevista para as aulas.

Cabe salientar que, nas três etapas, a participação do executivo municipal, dos estudantes e de gestores e/ou professores mostrou-se superior às demais instituições. As informações sobre os motivos pelos quais a participação dos servidores foi maior estavam registradas no diário de campo, e as razões apontadas eram: seu papel e responsabilidade na implementação de políticas e programas relacionados à Educação Ambiental. Como agentes públicos, alguns foram incentivados ou designados a participar como representantes do governo local, visando garantir a integração das ações propostas com as políticas públicas já existentes.

Além disso, outro fator apontado foi o interesse pessoal em contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, por compartilhar a sua experiência e percepções, bem como pela possibilidade de capacitação e formação oferecida pelo programa. Essas informações também apontaram para preocupação com as belezas naturais da Chapada Diamantina, com o avanço das ameaças ambientais.

Por outro lado, os participantes envolvidos em outras atividades econômicas enfrentaram maiores dificuldades para participar devido à natureza turística da região, o que os impedia de se ausentar do trabalho. Apesar disso, foi possível garantir a representatividade dos diversos setores previstos para a construção do programa, ainda que abaixo do esperado.

No entanto, é importante destacar algumas lacunas identificadas no processo. Houve ausência de representantes do legislativo municipal, de outros órgãos estaduais e federais relacionados ao meio ambiente, bem como baixa representatividade das universidades nas etapas. Embora tenha havido contato com algumas dessas instituições, percebeu-se que a abordagem poderia ter sido mais insistente e direcionada. É importante considerar que esses órgãos muitas vezes enfrentam déficit de servidores para atender às diversas demandas, o que pode ter contribuído para essa baixa representatividade.

Com relação à participação cidadã nas etapas apresentadas, foi observada uma dinâmica que variou entre diferentes níveis de concessão de poder, conforme discutido por Arnstein (1969). Inicialmente, na etapa de articulação e mobilização territorial, os participantes foram envolvidos em níveis mais básicos, como informação, consulta e pacificação, conforme delineado no escopo do Programa de Educação Ambiental do Plano de Ação Territorial.

À medida que o processo avançava, ocorreu uma progressão para os níveis superiores da escada de poder cidadão, como parceria e delegação, ainda considerando a predefinição da proposta. É importante ressaltar que, mesmo em se tratando de informação, foram incentivadas perguntas e busca a transparência na comunicação. No entanto, o processo de participação é um campo suscetível a disputas políticas e ideológicas, apesar das boas intenções das metodologias empregadas.

Entretanto, é importante destacar que, devido à natureza da proposta, já pré-definida, algumas estratégias não permitiram uma participação ativa dos envolvidos, como foi o caso da definição das temáticas no DRPT. Houve uma discussão sobre os temas que causavam preocupação e eram relevantes para o território, mas a proposta permaneceu com o mesmo objetivo desde o primeiro contato: a conservação de espécies criticamente ameaçadas. Essas espécies foram escolhidas como ponto de partida para destacar a importância da conservação em todo o território, mesmo que não sejam espécies emblemáticas, como mamíferos ou aves, mas, sim, insetos, aracnídeos e espécies de flora, principalmente herbáceas e arbustivas.

Durante o curso de formação, a participação dos atores sociais foi, em grande parte, passiva, devido à estrutura pré-definida do conteúdo programático. Contudo, houve uma participação mais efetiva na escolha das temáticas pelos representantes dos municípios, dentro das opções disponibilizadas, assim como na seleção dos materiais de educomunicação a serem produzidos e na forma como seriam apresentados. Essas decisões foram tomadas pelos participantes, sendo limitadas apenas pelos recursos financeiros disponíveis para sua execução.

Um dos aspectos a serem enfatizados, relacionados ao tema da cidadania e dos direitos, é a corresponsabilização dos cidadãos. Para isso, é fundamental estimular atividades que, dentro de uma abordagem participativa, fortaleçam a responsabilidade e o compromisso dos envolvidos com a questão dos recursos naturais, incluindo a promoção de relações ambientais

conscientes na escola, no entorno escolar, na comunidade e nas interações entre os cidadãos (Jacobi, 2005). Nesse contexto, tais atividades incluíram a definição de monitores responsáveis por municípios, os quais conduziram de maneira mais intensa a organização desses materiais e a coleta de audiovisual, contribuindo assim para o bom andamento das atividades.

A participação ativa das comunidades interessadas é a base para uma melhor compreensão e enfrentamento dos problemas ambientais. Embora muitas propostas já estivessem pré-definidas e com recursos direcionados para finalidades específicas, essa abordagem participativa pode garantir maior legitimidade nas decisões tomadas, possibilitando processos de governança mais eficazes e menos hierárquicos, envolvendo diversos atores e partes interessadas (participação multinível) na formulação e implementação de políticas públicas (Jacobi; Sinisgalli, 2012).

A Educação Ambiental (EA) brasileira está cada vez mais se consolidando sob uma abordagem participativa, uma vez que a intervenção coletiva nesse processo tem adquirido autoridade e influência nos documentos legais relacionados ao tema. Esses documentos mantêm uma relevância temática significativa em relação à EA, demonstrando a importância crescente da participação coletiva na construção e implementação de políticas ambientais no país (Madruga Filho, 2019).

Distribuição da participação de mulheres nas etapas desenvolvidas

Nos dados analisados, que abrangem um total de 588 pessoas, a participação do sexo feminino foi predominante ($n=348$ ou 59,2%). A distribuição por gênero em cada uma das etapas analisadas pode ser observada na Figura 11, mostrando as frequências relativas de participação.

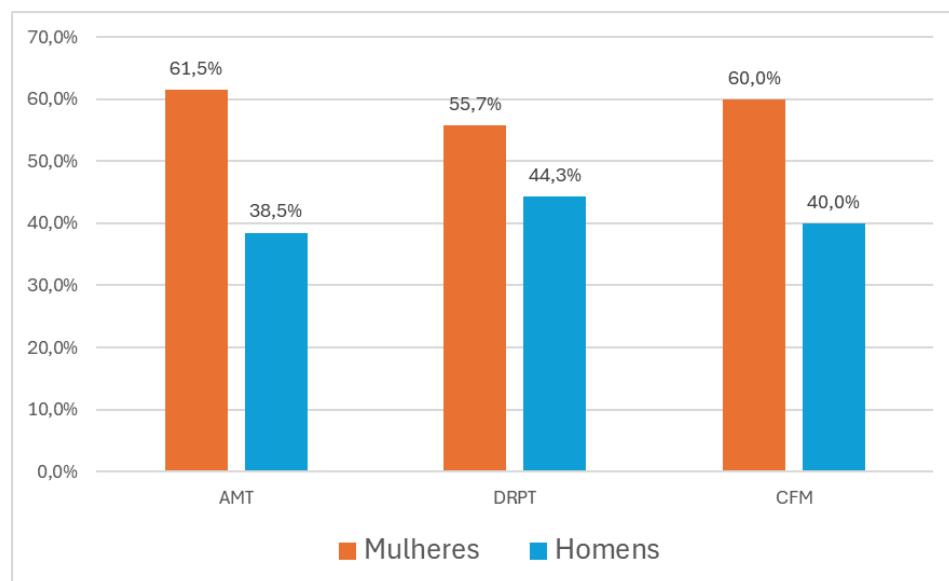


Figura 11: Percentual de mulheres representantes envolvidas na primeira etapa de construção do programa de Educação Ambiental da Chapada Diamantina e Serra da Jiboia.

Fonte: Autores (2024).

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 1: 8-27, 2025.

A proporção superior de mulheres em relação aos homens em programas e projetos de Educação Ambiental suscita reflexões interessantes sobre seus possíveis significados. Uma delas é a representação histórica e cultural das mulheres como cuidadoras do ambiente e da comunidade, o que pode levá-las a se interessarem mais por questões ambientais. Além disso, as mulheres muitas vezes têm papéis-chave na família e na comunidade, especialmente em comunidades quilombolas, nas quais duas das lideranças eram femininas.

Essa circunstância também pode ser atribuída, em parte, à forte presença feminina no campo da educação, historicamente ocupado majoritariamente por mulheres (Carvalho; Farias, 2011). Essa ligação pode refletir não apenas a representatividade feminina nesse setor, mas também a valorização da educação como ferramenta para promover mudanças sociais e ambientais. A busca por qualificação, que possibilita aos educadores atrelarem as abordagens pedagógicas à Educação Ambiental, possibilita ao educador utilizar diferentes meios e teóricos para o planejamento do exercício docente (Gomes *et al.*, 2023).

No caso em questão, a composição de quase 15% de participação de gestores educacionais ou professoras reafirma a informação de que as mulheres muitas vezes desempenham papéis centrais no processo educativo dos municípios. No estado da Bahia, conforme Viana (2013), 81,66% dos docentes são mulheres. Apenas em 2015 foram 655.813 mil estudantes matriculados em Pedagogia (sendo 92% mulheres), constituindo-se como o terceiro maior curso superior do país (Macedo, 2019).

Por outro lado, a presença masculina, embora minoritária, é mais expressiva do que em áreas específicas da educação, como a educação infantil, indicando a atratividade da temática ambiental para profissionais de diferentes gêneros e formações, em virtude da interdisciplinaridade da Educação Ambiental.

Em síntese, a participação e a representatividade de gênero na construção de programas de Educação Ambiental são reflexo de contextos sociais, históricos e profissionais mais amplos. A interdisciplinaridade, a interação com diferentes setores da sociedade e a promoção de uma cultura de corresponsabilização são elementos-chave para fortalecer a Educação Ambiental e contribuir para a construção de sociedades mais sustentáveis e equitativas.

Conclusões

Ao longo da análise sobre a participação e os aspectos envolvidos na construção do programa de Educação Ambiental proposto pelo INEMA e SEMA da Bahia, no âmbito do Projeto GEF Pró-espécies, destacaram-se pontos relevantes. Inicialmente, a participação ativa das comunidades e dos diferentes setores da sociedade mostrou-se essencial para compreender e enfrentar os

desafios ambientais locais. Embora a participação tenha se mantido em um espaço de menor delegação de poder devido a propostas pré-determinadas, quando bem conduzida, pode garantir maior legitimidade nas decisões tomadas e promover processos de governança mais efetivos e inclusivos.

A presença significativa de mulheres nesses programas pode ser atribuída, em parte, à forte ligação histórica das mulheres com o campo da educação. Isso também se reflete na interdisciplinaridade da temática ambiental, que atrai profissionais de diversas áreas, não restritas às historicamente ocupadas por mulheres, como a pedagogia.

Além disso, a análise dos dados revelou a importância da participação social e da corresponsabilização dos cidadãos na promoção da Educação Ambiental. A inclusão de diferentes atores e partes interessadas, bem como a promoção de relações ambientais conscientes em diversos contextos, como na escola, no entorno escolar, na comunidade e nas interações cotidianas, são fundamentais para fortalecer o compromisso com a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento do território.

Para promover a transformação dos atuais padrões de uso e distribuição dos recursos naturais, é essencial garantir a manutenção de canais de comunicação democráticos e o compromisso dos diversos atores envolvidos. Isso requer um grande esforço de cooperação e diálogo, visando ampliar os processos de aprendizagens sociais, individuais e institucionais.

Agradecimentos

Agradecimentos à empresa Rastro Selvagem e ao WWF Brasil, especialmente à Diretoria de Educação Ambiental da SEMA-BA e ao INEMA-BA, pela criação e gestão do Programa de Educação Ambiental do PAT Chapada Diamantina e Serra da Jiboia, desenvolvido no âmbito do GEF Pró-Espécies.

Referências

ANGROSINO, M. V. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANTUNES J.; SILVA A. F.; SILVA A. C. B. A., QUEIROZ Z. F. Diagnóstico rápido participativo como método de pesquisa em educação. **Avaliação** (Campinas), v.23, n.3, 2018, pp.590–610.

ARNSTEIN, S. A Ladder of Citizen Participation. **Journal of the American Institute of Planners**, n. 35, v. 4, pp. 216–224, 1969.

BAHIA. **Lei nº 12.056 de 07 de janeiro de 2011**. Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/legislacao-ambiental/leis/lei-n-12056-0>. Acesso em 25 de fevereiro de 2024.

BAHIA. **Sumário Executivo do Plano de Ação Territorial para a Conservação de Espécies Ameaçadas do Território Chapada Diamantina-Serra Da Jiboia.** Disponível em: https://proespecies.eco.br/wp-content/uploads/2021/04/10.03_sumario-exec-pat-bahia-WEB_atualizado20-03-2021.pdf. Acesso em 25 de fevereiro de 2024.

BRAUN, V.; CLARKE, V. (Mis)conceptualising themes, thematic analysis, and other problems with Fugard and Potts' (2015) sample-size tool for thematic analysis. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 19, n. 6, 2016, pp. 739-743.

BRAUN, V.; CLARKE, V. What can "thematic analysis" offer health and wellbeing researchers? **International Journal of Qualitative Studies on Health and Wellbeing**, v.9, n.1, pp.1-2, 2014.

CARVALHO, I. C. M.; FARIAS, C. R. O. Um balanço da produção científica em Educação Ambiental de 2001 a 2009 (ANPEd, ANPPAS e EPEA). **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n.46, 2011, pp. 119–134.

CERQUEIRA, L. **Guia do diagnóstico participativo**. 2. ed. Brasília: FLACSO Brasil, 2021. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2015/08/Guia-do-Diagnostico-Participativo_edicao2.pdf. Acesso em: 8 fev. 2024.

FILHO, A. C. C. **Aplicando insights comportamentais para o aprimoramento de políticas públicas: a ferramenta SIMPLES MENTE**. Brasília: Enap, 2020. 36 p. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4895>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

FLORIANO, M. D.; LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental em Duque de Caxias, RJ: contradições entre o discurso hegemônico e as questões socioambientais do território. **Educar Em Revista**, v.38, e83004, 2022.

GOMES, Y. L.; PEDROSO, D. S.; RODRIGUES, D. G.; LELIS, D. A. J. Abordagens pedagógicas em Educação Ambiental: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.104, e5221, 2023.

JACOBI P. R.; SINISGALLI P. A. A. Governança ambiental e economia verde. **Ciência & Saúde Coletiva** (2012/Mai). [Citado em 23/09/2024]. Está disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/governanca-ambiental-e-economia-verde/10112?id=10112>. Acesso em 25 de fevereiro de 2024.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, v. 2, pp. 233–250, 2005.

JACOBI, P. R.; TRISTÃO, M.; FRANCO, M. I. G. C. A função social da Educação Ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cadernos CEDES**, v.29, n.77, 2019, pp.63–79.

JACOBI, P. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, pp. 189–206, mar. 2003.

LEME, T. N. Governança ambiental no nível municipal. In: MOURA, A. M. M. (Org.), **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9269>. Acesso em 25 de janeiro de 2024.

LOUREIRO C.F. **Trajetórias e Fundamentos em Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez; 2012.

LOUREIRO, C. F. B. Teoria Social e Questão Ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em Educação Ambiental. In: CASTRO, R. S.; LAYRARGUES, P. P. e LOUREIRO, C. F. B. (Orgs.). **Sociedade e Meio Ambiente: A Educação Ambiental em debate**. 5.ed. pp. 13-51. São Paulo: Cortez, 2008.

MACEDO, R. M. Resistência e resignação: narrativas de gênero na escolha por enfermagem e pedagogia. In: **Cadernos de Pesquisa**, v.49, n.172, 2019, pp. 54–76.

MADRUGA FILHO, V. J. P. Reflexões acerca da participação popular e efetividade sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v.14, n.2, 2019, pp.295–305.

MARQUES, V. C.; NICOLODI, J. L. Ferramentas de Educomunicação Socioambiental: subsídios para a Gestão Integrada da Zona Costeira. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v.16, n.2, 2021, pp. 385–408.

MILANI, C.R.S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Rev Adm Pública**, v.42, n.3, 2008, pp.551–79.

OLIVEIRA, A. R. M; NONATO, E. M. N.; STAUDT, T. Função da Educação Ambiental na promoção do desenvolvimento social. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v.12, n.3, pp. 191–203, set./dez. 2007.

SANTOS V. M. N.; JACOBI P.R. Educação, ambiente e aprendizagem social: metodologias participativas para geoconservação e sustentabilidade. In: **Rev Bras Estud Pedagog**, v.98, n.249, 2017, pp. 522–40.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. 62 p. Disponível em https://www.projetovidanocampo.com.br/livros/Diagnostico_rural_participativo.pdf. Acesso em: 8 fev. 2024.

VIANNA, C. P. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, S. C. (Org.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília, DF: Abaré, 2013. pp. 159-180. Disponível em: <https://www.oitcinterfor.org/en/node/5468>. Acesso em 8 de fevereiro de 2024.